

Governo faz radiografia de velhas dívidas

Segundo secretário de Política Econômica, objetivo é atualizar valores e propor soluções para rombos acumulados por erros de várias administrações anteriores

NILTON HORITA

O governo está fazendo uma radiografia do “esqueleto do setor público” para atualizar valores e propor soluções para os rombos acumulados por erros de várias administrações anteriores. Trata-se de um serviço de faxina que corresponde a várias dívidas não admitidas até agora pelo setor público. Uma das principais é a do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), formado no passado para sistematizar o subsídio concedido aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O rombo do FCVS é estimado em R\$ 30 bilhões.

O trabalho está sendo coordenado pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, que define o processo com “retirar os esqueletos do armário”. O primeiro passo é identificar e quantificar as dívidas — hoje um trabalho possível, por causa da estabilidade econômica.

O diagnóstico está quase pronto e deverá ser anunciado nas próximas semanas. “O princípio é o de conhecer todas as pendências para buscar as soluções para elas”, afirma Mendonça de Barros. Ele admite que o procedimento resultará em impacto nas contas nacionais.

“Normalmente, essa questão seria resolvida com emissão de títulos federais, mas cada caso terá uma solução diferente”, adianta, observando que há alternativas em estudo, como um mecanismo para trocar a dívida por crédito ou a venda de ativos. “O certo é que o orçamento dos esqueletos não será resolvido de imediato, mas escalonado no tempo.” É possível, portanto, que essa dívida seja liquidada com receita proveniente das privatizações.

Proer — O relatório final em preparação pelo governo trará, na verdade, uma síntese dos passivos do setor público federal e representará a definição de um procedimento padrão para o problema. No caso



Mendonça de Barros: “Cada caso terá uma solução diferente”

do FCVS, por exemplo, havia um rombo não assumido de R\$ 60 bilhões, metade do qual foi resolvido com o lançamento do programa de reestruturação dos bancos, o Proer.

O FCVS serviu de garantia para a obtenção de financiamento do Proer na compra de bancos como Nacional, Banorte e Econômico. Quem adquiriu esses bancos comprou direitos de FCVS de outras

instituições, com desconto de 35%.

Esse processo cobriu metade do rombo do FCVS. O mesmo ocorreu com Proagro, dívida admitida pelo governo e convertida em títulos no valor de R\$ 600 milhões. Há, ainda, débito de R\$ 7 bilhões da União com a Petrobrás por conta de subsídios no preço do álcool e da gasolina. Esse passivo poderá ser resolvido com a aprovação pelo Senado

da regulamentação da abertura do monopólio do petróleo.

Um modelo que deu certo na limpeza de passivos atrasados do setor público foi a conversão de várias dívidas em moeda de privatização. Nesse caso, porém, assumir a dívida representou mais um instrumento para o governo deslanchar as privatizações, e não propriamente reconhecer um passivo.

Existe, hoje, um estoque de R\$ 15 bilhões em títulos da dívida agrária e pendências atrasadas da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunam), da Siderúrgica Brasileira (Siderbrás), do Instituto Brasileiro do Café (IBC), do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e outras. Os precatórios são outro exemplo de “esqueleto”. Há R\$ 10 bilhões em títulos emitidos para pagar dívidas atrasadas do setor público determinadas pela Justiça para Estados e municípios.

Memória — “É verdade que há consequências macroeconômicas, mas é importante separar os es-

queletos do déficit operacional do período”, explica o assessor econômico do Ministério do Planejamento, Amaury Bier. “Na verdade, os esqueletos já deveriam estar nas estatísticas.” Significa dizer que a dívida, embora apagada da memória, existe e está sendo financiada de alguma forma disfarçada. “Essa questão tem a ver com a transparência da situação fiscal do setor público, são dívidas por decisões

pouco cautelosas no passado e sua explicitação certamente pode evitar ações não refletidas no futuro”, diz.

Segundo Raul Velloso, um dos maiores especialistas em contas públicas do País, o mercado financeiro

não deve imaginar que o déficit voltou a explodir por causa da revelação desses “esqueletos”. “Estamos, em verdade, resolvendo um problema”, observa. Ele lembra que, se existem passivos atrasados e por vezes superavaliados, há também ativos esquecidos e subavaliados. O encontro de contas entre essas duas pontas pode zerar qualquer problema fiscal adicional.

SÓ PASSIVO
DE FUNDO DO
SFH SOMA
R\$ 30 BILHÕES